
A INTERSECCIONALIDADE E O ENTRECruzAMENTO DAS IDENTIDADES ESTRUTURAIAS NAS INTERAÇÕES COMUNICATIVAS

*INTERSECTIONALITY AND THE CROSSROADS OF STRUCTURAL
IDENTITIES IN COMMUNICATIVE INTERACTIONS*

LA INTERSECCIONALIDAD Y LA INTERSECCIÓN DE IDENTIDADES
ESTRUTURAIAS EN LAS INTERACCIONES COMUNICATIVAS

LUCIANNA FURTADO¹

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (PPGCom) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero (CORAGEM) na mesma instituição.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4818-9370>

RESUMO

Este artigo oferece uma aproximação entre a abordagem interseccional e o modelo relacional da Comunicação, discutindo como as categorias identitário-estruturais de privilégio e subalternidade interagem e se entrecruzam de modo a complexificar as relações sociais. Para isto, são discutidas algumas das contribuições do pensamento feminista negro na elaboração da interseccionalidade, demonstrando a insuficiência da abordagem em eixos isolados para apreender as formas como as categorias de poder permeiam a sociedade. O artigo argumenta que, precisamente por centralizar como os eixos de poder emergem na experiência dos sujeitos em sua vida social, a interseccionalidade oferece um rico quadro analítico para compreender as interações entre sujeitos; as formas de representação, produção cultural e narrativas midiáticas; e o pano de fundo que ambienta as relações sociais.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Feminismo negro. Desigualdade. Interações sociais.

ABSTRACT

This paper offers a dialogue between the intersectional approach and the relational model of Communication, discussing how the structural identity categories of privilege and subalternity interact and intersect, complexifying social relations. In order to do so, I discuss some contributions from Black feminist thought in the development of intersectionality, showing the insufficiency of the single-axis approach to apprehend the ways in which such power categories permeate society. The paper argues that

111

intersectionality, precisely for centering how the power axes emerge in people's experiences in their social lives, can offer a resourceful analytical framework to comprehend the interactions between subjects; forms of representation, cultural production and media narratives; and the background that sets social relations.

Keywords: Intersectionality. Black feminism. Inequality. Social interactions.

RESUMEN

Este artículo ofrece una aproximación entre el enfoque interseccional y el modelo relacional de la Comunicación, discutiendo cómo las categorías identitarias estructurales de privilegio y subalternidad interactúan y se entrelazan de forma a complejizar las relaciones sociales. Para eso, se discuten algunas de las contribuciones del pensamiento feminista negro en la elaboración de la interseccionalidad, demostrando la insuficiencia del enfoque en ejes aislados para aprehender las formas en las que las categorías de poder permean la sociedad. El artículo alega que precisamente por la forma en que los ejes de poder emergen en la experiencia de los sujetos en su vida social, la interseccionalidad ofrece un rico cuadro analítico para comprender las interacciones entre los sujetos; las formas de representación, la producción cultural y las narrativas de los medios de comunicación; y el trasfondo que contextualiza las relaciones sociales.

Palabras clave: Interseccionalidad. Feminismo negro. Desigualdad; Interacciones sociales.

INTRODUÇÃO

No campo da Comunicação, diversos estudos sobre as interações sociais, produtos ou fenômenos investigam como as formas de opressão sobre os sujeitos são construídas, consolidadas e legitimadas ou desafiadas, contestadas e subvertidas por meio de práticas comunicacionais. Esse cenário demonstra a orientação dos pesquisadores em apreender as práticas de opressão e resistência realizadas pelos sujeitos por meio de suas interações comunicativas, demarcando, por consequência, o interesse desse campo por pautas ligadas à justiça social.

No entanto, muitas pesquisas tendem a abordar os eixos de poder e subalternidade (como raça, gênero e classe, dentre outros) de maneira isolada, focada em uma única categoria, o que configura problemas e limitações na compreensão de tais fenômenos. A partir das contribuições do pensamento feminista negro com a abordagem interseccional,

este artigo pretende demonstrar a incompatibilidade das abordagens isoladas frente à materialidade social dos fenômenos comunicacionais – reiterando a importância de pensar e agir sobre as formas de desigualdade como operadores simultâneos e entrecruzados, constituindo um sistema interligado de poder.

AS INTERAÇÕES COMUNICATIVAS E SEU CONTEXTO SOCIOESTRUTURAL

Os estudos da Comunicação, mesmo quando tomam como objetos de análise os fenômenos microssituados ou as relações interpessoais, não devem prescindir de tratar de sua inserção social. Como destaca Vera França (2018), as práticas comunicacionais são constitutivas das relações sociais, estando, portanto, ligadas às questões políticas macroestruturais e às dinâmicas de poder. Para a autora, o modelo relacional da Comunicação, de base pragmatista, aborda as interações de maneira vinculada a seu contexto, de modo a evidenciar as relações entre as práticas e produtos comunicacionais e as esferas mais amplas com que dialogam. Sob essa ótica, analisar as interações e fenômenos comunicacionais permite revelar as imbricações culturais e políticas que permeiam a vida social, elucidando aspectos da sua dimensão estrutural.

Na visão de França (2018), os estudos que pretendem transcender os limites imediatos do ato comunicativo devem interrogar quais os impactos e consequências das práticas comunicativas, para quais aspectos da sociedade elas apontam, com quais esferas dialogam. A autora destaca que o movimento analítico parte do modelo relacional sem se confinar a seu aporte, demandando outras contribuições teóricas conforme suscitado pelo próprio fenômeno comunicacional. Para França, a interação implica disputas de forças, posições e reposicionamentos, exigindo um quadro conceitual que explicita sua inscrição contextual nas normas, valores e relações de poder na sociedade. Segundo a autora, “Conceitos como ideologia (...), quadros de sentido, *ethos* cultural, valores, questões raciais e de gênero são exemplos de operadores que fazem a ponte entre a situação recortada e seu

contexto sócio-histórico” (FRANÇA, 2018, p. 99), sendo tais categorias identificadas a partir da empiria, do que a própria prática comunicativa demanda para apreender sua inscrição social.

Nesse sentido, França (2018) parte da comunicação como constituidora da vida social para demonstrar a relação entre a dimensão concreta e particular das interações comunicativas e sua inserção nas dinâmicas estruturais de poder, descrevendo-as como “andaimes” de um edifício em construção. Isto possibilita observar práticas e fenômenos específicos sem perder de vista o todo social do qual fazem parte, orientando a análise para dar a ver os entrelugares que conectam essas duas dimensões e permitem sua reconfiguração mútua: “Vivemos em um mundo ordenado por instituições, marcado por estruturas. Elas não são fixas nem eternas, e tanto se mantêm como são modificadas através da ação conjunta dos sujeitos sociais” (FRANÇA, 2018, p. 112). Como destaca a autora, é precisamente esse jogo de forças que devemos identificar e discutir nos processos comunicacionais, que emergem como um lugar potente para compreender a sociedade.

Devido à reflexividade inerente às interações sociais, França (2003) argumenta que os sujeitos e fenômenos se constituem em um contexto relacional, se tornam “um face ao outro”, modificando e reconstruindo-se mutuamente. A partir das contribuições de Louis Quéré, a autora destaca a existência e sobreposição de dois planos: uma *mensagem* e uma *metamensagem*, um enunciado que define a relação entre os sujeitos envolvidos. Esse modelo pressupõe a construção de lugares sociais, acordos, expectativas e jogos de papéis por meio das ações comunicativas, que agem sobre si mesmas e atualizam sua própria configuração. França destaca, assim, que o ato comunicativo faz apelo à cultura e à estrutura social, mas estas não são fixas e cristalizadas, na medida em que as ações comunicativas também as constituem, transformam e (re)configuram. Enfatizando o caráter das interações comunicacionais como ações, como atividades organizantes de construção e modelagem de um espaço público partilhado, a autora defende ser possível passar “do local

ao global, do cotidiano ao político, da comunicação interpessoal à de massa” (2003, p. 51), apreendendo como as interações constroem os sujeitos nesse mundo comum.

Partindo da metamensagem como definidora da relação entre os sujeitos, é possível afirmar que a interação é permeada pelas estruturas de gênero, raça, classe, sexualidade, dentre outras categorias de poder. Estes eixos configuram as relações entre os sujeitos por meio de lugares sociais, hierarquias, estereótipos, formas de discriminação, assimetrias, imaginários culturais, expectativas, laços de solidariedade e empatia, dentre outras ações comunicativas, normas e práticas de sociabilidade constituídas por (e constitutivas de) tais categorias identitário-estruturais. As identificações nessas categorias e com as significações atribuídas a elas – feitas pelos sujeitos sobre si mesmos, sobre os outros, bem como sobre a relação entre si mesmos e outros – não determinam a totalidade da ação comunicativa, mas correspondem a uma parte significativa dos elementos que compõem seu contexto; que atravessam, configuram e dão sentido às relações entre sujeitos.

1. Partindo dos modos como as categorias identitário-estruturais permeiam a construção da subjetividade, dos lugares sociais, representações e posicionamentos dos sujeitos em suas interações e em fenômenos comunicativos mediados, pretendo demonstrar que a abordagem interseccional (em oposição ao estudo em eixos isolados) é uma demanda da própria ação comunicativa, onde estes eixos operam de forma simultânea, sobreposta e interligada. Na próxima seção, será retomado brevemente a elaboração da interseccionalidade nos movimentos sociais e sua incorporação aos estudos acadêmicos, contestando os silenciamentos e insuficiências das abordagens isoladas das categorias de desigualdade, para pensar nas conexões entre as interações e as estruturas sociais.

O ENTRECruzAMENTO DE CATEGORIAS IDENTITÁRIO-ESTRUTURAIIS

A interseccionalidade foi elaborada de maneira gradual e coletiva por mulheres negras ligadas a movimentos feministas, antirracistas e contra outras desigualdades. Desenvolvida a partir do entrecruzamento entre raça e gênero, a abordagem interseccional

frequentemente é associada ao histórico discurso “*Ain’t I a woman?*”, realizado pela ativista negra Sojourner Truth, na Convenção de Mulheres de 1851, nos Estados Unidos. Na ocasião, Truth interroga seu pertencimento à categoria feminina, demonstrando como a universalização do feminismo a partir das experiências das mulheres brancas de classe média acaba por silenciar e/ou negligenciar as vivências e demandas das mulheres negras e pobres. Ao reivindicar o reconhecimento de suas pautas nos movimentos das mulheres (brancas) e nos movimentos (dos homens) negros, a ativista demonstra a importância das perspectivas marginalizadas para pensar e agir pela justiça social.

A sistematização das diferentes categorias de subalternidade como vias que se entrecruzam, compondo uma estrutura interligada de poder, foi aprimorada por ativistas negras nas décadas seguintes. Segundo bell hooks¹ (2015), no século XIX, a articulação feminista estadunidense focou no sufrágio feminino (apenas para mulheres brancas); passando a incorporar raça e gênero como interligados a partir do século XX. Nesse sentido, o manifesto do Combahee River Collective (1977) representa outro marco histórico importante, orientando suas ações contra a opressão racista, sexista, heterossexista e de classe de forma integrada, como sistemas interligados cuja síntese dá origem às condições estruturais da vida social.

Entre as décadas de 1970 e 1990, diversas intelectuais negras demonstraram a insuficiência da abordagem das categorias de poder de forma isolada, defendendo investigar as interações e articulações entre elas – como Angela Davis, bell hooks e Patricia Hill Collins, dentre outras, nos Estados Unidos; Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros e Sueli Carneiro, dentre outras, no Brasil. Essas e muitas outras mulheres negras contribuíram para a composição e aprimoramento dessa perspectiva como a conhecemos hoje, cujo pensamento e atuação política antecedem a elaboração do termo “interseccionalidade”.

¹ A autora adotou o nome de sua ancestral como pseudônimo e pede que sua grafia seja feita em letras minúsculas, como forma de destacar não sua figura individual, mas o conteúdo de sua produção.

A partir das experiências das mulheres negras ao vivenciar a opressão de forma simultânea, sobreposta e interligada, Kimberlé Crenshaw (1989, 1991, 2002) sistematiza contribuições do ativismo de mulheres negras e do pensamento feminista negro na noção de interseccionalidade, como uma ferramenta teórico-metodológica para diagnosticar e solucionar a tendência em abordar raça e gênero como ordens isoladas e mutuamente excludentes. A autora defende que as categorias de raça, gênero, sexualidade, classe, dentre outras, são eixos de poder, discriminação e opressão *estruturais*, que, interligados, compõem uma complexa teia sobre a vida social.

Partindo desses entrecruzamentos, Crenshaw (1989) traça relações entre os aspectos individuais e a esfera coletiva, destacando a dimensão estrutural de tais identidades nas dinâmicas de poder. Na visão da autora, as concepções dominantes condicionam não apenas as relações de poder, mas os modos de compreensão e ação sobre elas. Crenshaw argumenta que as análises orientadas por eixos únicos e isolados, devido a seu foco em sujeitos vitimados por apenas uma forma de opressão (e, conseqüentemente, privilegiados pelas demais categorias), levam a reflexões incompletas ou insuficientes diante da complexidade da interação entre essas vias.

Para demonstrar como essa configuração emerge na materialidade social, Crenshaw (1989) examina processos judiciais por discriminação contra mulheres negras em práticas de seleção ocupacional. A autora evidencia que, na abordagem de forma isolada, as interpretações legais sobre a discriminação de gênero haviam sido definidas segundo as experiências das mulheres brancas, enquanto o entendimento sobre a discriminação racial focava nos homens negros. Nesse quadro analítico, as violências e discriminações impostas às mulheres negras só são consideradas quando coincidem com as experiências de um desses grupos, invisibilizando as demandas localizadas no entrecruzamento dessas categorias.

Segundo aponta Crenshaw (1989), a observação de vias isoladas centraliza os sujeitos oprimidos por um eixo único e estabelece sua experiência como normativa e

representativa do grupo subalternizado – intensificando, mesmo nos movimentos sociais e ações de promoção da igualdade, a marginalização dos sujeitos vitimados em duas ou mais categorias. Como solução, a autora sugere inverter o modo de abordagem sobre as desigualdades, propondo pensá-las da base para o topo e centralizar as experiências de sujeitos marginalizados, possibilitando desafiar as estruturas hierárquicas como um sistema interligado.

Outra tendência identificada por Crenshaw (1989) é que raça, gênero e outros eixos costumam ser problematizados apenas em seus polos de subalternidade, quando são operados para prejudicar os sujeitos – mantendo silenciadas, ocultas e naturalizadas as dimensões implícitas de *privilegio* da branquitude e masculinidade, por exemplo. A autora destaca que, ao centralizar e universalizar a perspectiva das mulheres brancas de classe média, a teoria feminista negligencia a forma como seu pertencimento ao grupo racial dominante atua para privilegiá-las, mitigando determinados aspectos do sexismo que atinge mulheres mais vulneráveis e contribuindo para que elas dominem outras mulheres por meio das estruturas de raça e classe.

Nessa linha de pensamento, Crenshaw (1991) tece críticas a esses pontos cegos, onde o foco exclusivo em um eixo único negligencia as diferenças internas dos grupos. Em sua visão, tratar os eixos de opressão como isolados e mutuamente excludentes contribui para a emergência de tensões e conflitos – precisamente por descartar, silenciar e marginalizar as experiências dos sujeitos interseccionalmente vitimados dentro dos próprios movimentos sociais. A autora destaca que a abordagem interseccional não aponta a *soma* de opressões, mas o *entrecruzamento* das vertentes de vulnerabilidade, que interagem entre si e dão origem a outras dimensões de subalternidade e desempoderamento.

Parte significativa das críticas à interseccionalidade se refere ao suposto risco de fragmentar e promover divisões internas nos movimentos sociais. Crenshaw (1991) destaca que as diferenças intragrupo já existem em função das próprias categorias dominantes de poder, argumentando que reconhecê-las é uma forma de contemplar os sujeitos em suas

vivências interseccionais, construir laços de solidariedade e integrar a todos. Para a autora, a consciência da interseccionalidade possibilita reconhecer, apreender e fundamentar as diferenças existentes entre os sujeitos, permitindo negociar novas formas de se construir politicamente como um corpo coletivo. Nesse sentido, o que o pensamento feminista negro propõe com a abordagem interseccional não é a divisão dos movimentos, mas sua integração, para que as práticas de resistência sejam compatíveis com as diferenças e vulnerabilidades já existentes na vida social e possam promover a igualdade.

De maneira similar, os movimentos feministas brasileiros no século XX, centralizados nas demandas das mulheres brancas de classe média pela inserção no mercado de trabalho como forma de adquirir poder financeiro e independência de seus pais, irmãos e maridos, tiveram um impacto significativo. Como demonstra Sueli Carneiro (2018), analisando dados sobre a distribuição de oportunidades sociais no Brasil de 1980, as mulheres brancas apresentavam uma situação superior à dos homens negros, evidenciando o peso do privilégio racial sobre a opressão de gênero nesse caso. Segundo a autora, as mulheres negras não foram contempladas por essas conquistas feministas, permanecendo marginalizadas nas ocupações de menor prestígio e menores salários. Carneiro argumenta que a dupla subvalorização de gênero e raça institui a igualdade intragênero como primeiro passo para a equalização social, já que a equiparação aos níveis de desigualdade entre homens e mulheres *brancos* representaria, para as mulheres *negras*, uma ascensão social significativa.

A luta feminista pela mobilidade socioeconômica por meio do trabalho beneficiou, desproporcionalmente, às mulheres brancas com acesso privilegiado às oportunidades educacionais, negligenciando as mulheres negras e pobres que já haviam adentrado muito mais cedo, em termos históricos, o mercado de trabalho (escravizado e, posteriormente, mal remunerado). Para estas, o trabalho externo ao próprio lar e a jornada dupla não representavam ascensão e independência financeira, mas subsistência própria e de sua família. Em função do entrecruzamento do sexismo com a desigualdade de classe e o

racismo – que impactam o acesso à educação e qualificação profissional e as práticas de seleção ocupacional que reservam as melhores oportunidades para a população branca –, as mulheres negras não puderam usufruir da mesma mobilidade social por meio do trabalho.

A partir da compreensão sobre gênero, raça, classe e demais categorias como sistemas interligados, que se reforçam mutuamente, Crenshaw (1991) argumenta que as ações de resistência política contra um eixo também sejam direcionadas contra os outros, abrangendo todas as esferas da sociedade – inclusive as políticas de representação e construção de sentidos por meio das imagens, discursos midiáticos e produções culturais. Elaborando um quadro analítico de “interseccionalidade representacional”, a autora propõe abordar não apenas a construção dessas representações por meio de narrativas dominantes de raça e gênero, dentre outros, mas também evidenciar como as críticas às construções simbólicas racistas e sexistas, quando feitas em eixos únicos de forma isolada, perpetuam a marginalização das mulheres negras e de outros sujeitos interseccionalmente subalternizados.

Desse modo, a interseccionalidade permite aprofundar a compreensão sobre o papel das categorias identitário-estruturais na construção de lugares sociais, posições de enunciação e referenciais epistêmicos desempenhados pelos sujeitos em suas interações comunicativas, bem como oferece caminhos para interrogar criticamente as formas de representação, produções culturais e narrativas midiáticas em circulação na sociedade. Tratando-se de uma abordagem orientada pelos entrecruzamentos das categorias de poder conforme estas emergem na vida social, a interseccionalidade apresenta relativa flexibilidade, podendo ser combinada a aportes metodológicos diversos no campo da Comunicação para complexificar as análises sobre as interações entre sujeitos, disputas de sentido, construções culturais, regimes de representação e interações mediadas e midiáticas.

A INTERSECCIONALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DO PANO DE FUNDO ESTRUTURAL

Como discutido na seção anterior, a análise interseccional sistematizada por Crenshaw (1991) busca reunir a sensibilidade fragmentada nos eixos isolados, complexificando a compreensão sobre seus entrecruzamentos na construção das identidades como categorias de poder, privilégio e subalternidade; bem como sobre os valores associados a estas categorias e como eles articulam desigualdades, hierarquias, violências e exclusões. Essa visão se encontra em consonância com a proposta de bell hooks (1994) sobre a abordagem holística das formas de dominação: a partir do caráter interligado e interdependente dos sistemas de poder, a autora defende combatê-los e transformá-los de maneira conjunta. A autora destaca que, ao contrapor apenas uma forma de opressão, muitos grupos acabam por praticar, perpetuar e ativamente se beneficiar das demais categorias.

Para hooks (1994), só é possível desconstruir as assimetrias de poder por meio da recusa a *todas* as esferas de privilégios individuais e coletivos, orientando as ações para evitar pontos cegos, ou seja, evitar a invisibilização das formas como outros eixos de subalternidade complexificam a vulnerabilidade dos sujeitos. Em sua concepção, sujeitos e organizações que combatem opressões de maneira isolada não apenas permanecem ligados à estrutura hegemônica, mas também acabam por fortalecê-la, alimentando esse sistema por meio da aceitação das demais vertentes de normatividade e poder.

Partindo dos modos como essas categorias identitário-estruturais permeiam as relações sociais, é possível interrogar não apenas os processos de subalternização, mas também a construção da normatividade. A concepção do sujeito normativo é fundamentada no silenciamento dos polos de privilégio, sendo construídas como representativas do “neutro” ou “universal”. Segundo Angela Davis (2018), a constituição desse universal apresenta atribuições clandestinas de gênero e raça, centralizadas em suas dimensões privilegiadas. Como destaca a autora, a própria categoria de ser humano excluiu,

historicamente, pessoas negras e de outras minorias étnicas, constituindo a ideia abstrata de humanidade como ligada à figura masculina e branca. Assim, a autora argumenta que as ações críticas contra as estruturas de desigualdade demandam a compreensão da tirania que permeia essa noção do geral, neutro ou universal.

O eurocentrismo também está enraizado na teoria feminista tradicional, que se autoneia como um feminismo “geral” em oposição ao feminismo *especificamente* negro. Sueli Carneiro (2018) destaca que a presença negra no movimento feminista brasileiro buscou evidenciar a identidade branca e ocidental dessa formulação clássica, bem como sua insuficiência teórica, prática e política para apreender as experiências femininas em sociedades multirraciais e pluriculturais. Na visão da autora, esse gesto de enegrecer o feminismo permitiu construir uma agenda política que combateu as desigualdades de gênero e intragênero. Portanto, os saberes posicionados em lugares interseccionalmente subalternizados possibilitam revelar o caráter branco e eurocêntrico silenciado e naturalizado no feminismo clássico, demonstrando como a ideia normativa do geral, neutro ou universal permeia essa vertente e oculta as diferenças estruturais entre mulheres.

Ao analisar as identidades e os lugares sociais, é preciso considerar a construção histórica de sujeitos supostamente universais e dos modos como essa concepção marginaliza e silencia as pessoas que escapam a essa normatividade. Esse processo de invisibilização das diferenças é apontado por Crenshaw (2002) como resultado de um *pano de fundo* construído pelas dinâmicas econômicas, culturais e sociais. Ao analisar as condições de vulnerabilidade por um eixo único, os estudos acabam desconsiderando as outras dinâmicas de poder. Segundo a autora, esses sistemas são culturalmente cristalizados de modo a parecerem fatos naturais, fixos e imutáveis, fazendo com que o pano de fundo estrutural se torne invisível e eclipsando as outras categorias que complexificam a opressão. Crenshaw destaca que a interseccionalidade deve buscar iluminar esses aspectos, centralizando os entrecruzamentos resultantes da interação entre dois ou mais eixos de poder.

Nessa linha de pensamento, a construção da normatividade e do representativo do universal destaca a necessidade de não focar apenas na subalternidade, mas interrogar criticamente o lado oposto dessa construção relacional: as dimensões de privilégio nas estruturas de poder. A interseccionalidade auxilia, assim, no esforço de revelar as múltiplas camadas de naturalização dos valores culturais normativos da sociedade – que, precisamente por se tratarem de concepções, práticas e costumes tão naturalizados, tendem a ser silenciados ou mantidos intactos nos estudos sobre as desigualdades.

Ao sistematizar as contribuições de diversos autores para a perspectiva pragmatista, a pesquisadora Thamy Pogrebinschi (2005) destaca três aspectos principais dessa matriz filosófica: o antifundacionalismo, o consequencialismo e o contextualismo – dentre os quais este último se mostra particularmente iluminador para enfatizar a compatibilidade teórica entre a abordagem interseccional e o modelo relacional, de base pragmatista, da Comunicação. A partir do pensamento de John Dewey, Pogrebinschi descreve o contextualismo como uma ênfase no papel do contexto, considerando as questões mais amplas que permeiam a experiência: as crenças políticas, religiosas e científicas, bem como as relações com a cultura e as instituições. Segundo a autora, as noções de *experiência* e *prática* são centrais para o pragmatismo, destacando que devem se sobrepor à teoria, de maneira alinhada ao foco dessa perspectiva nas ações empreendidas pelos sujeitos.

Em diálogo com Dewey, Pogrebinschi (2005) reitera que o contexto está tão entremeadado à vida social e às práticas comunicativas que pode ser tomado como dado e passar despercebido, destacando a atuação do contexto em dar significado aos próprios símbolos. Como destaca a autora, a negligência sistemática ao contexto equivale a, virtualmente, negá-lo, o que resulta em uma falsificação das análises: considerar o contexto é pensar a relação entre as ideias filosóficas e a vida social, junto às determinações culturais que permeiam tal sociedade. No escopo do contexto, Pogrebinschi enfatiza a importância de considerar este pano de fundo (ou *background*), que está implícito na composição de

todo pensamento, incluindo os modos de interpretação, observação e análise e o cenário contemporâneo no qual determinado curso de pensamento se insere.

Nesse sentido, a interseccionalidade, precisamente por sua elaboração e atualização a partir das experiências e práticas dos sujeitos em relação aos entrecruzamentos das categorias de poder conforme estas se materializam em sua vida social, pode contribuir para revelar os aspectos silenciados e naturalizados que compõem o contexto dos fenômenos. Não se pretende argumentar que tais categorias identitário-estruturais constituem a *totalidade* do contexto – que, ao contrário, demanda considerar uma série de outros elementos sociais, econômicos, históricos e culturais –, mas enfatizar a importância de considerar a multiplicidade de eixos interseccionais como operadores analíticos, em oposição à tendência em eleger um único operador de interesse e desconsiderar a forma como os demais interagem, se entrecruzam e reconfiguram na empiria.

Trata-se, assim, de orientar as investigações para iluminar o pano de fundo construído pelas categorias identitário-estruturais da forma como ele emerge na experiência dos sujeitos: não em eixos isolados, mas de forma simultânea, sobreposta, interligada, entrecruzada. Afinal, os sujeitos não constroem sua subjetividade em termos de gênero de maneira separada e isolada de sua identidade racial, como também não são vistos pelos outros sujeitos em eixos isolados. Paralelamente, as estruturas de poder nesses eixos também não atuam isoladamente, mas de maneira conjunta e concomitante, de forma constante e simultânea, independente de serem culturalmente construídas como uma “diferença” ou de serem naturalizadas como norma e representativas do “neutro”.

Além da tradição dos movimentos feministas em centralizar as experiências das mulheres brancas de classe média como supostamente representativas de toda a categoria, discutida na seção anterior, o questionamento sobre a construção da normatividade por meio do silenciamento dos polos de privilégio das categorias relacionais de poder deve ser expandido para outras esferas. Além do patriarcado e o sexismo; a branquitude e o racismo; o privilégio de classe e a exclusão econômica; é preciso considerar os impactos da

heteronormatividade e a homofobia, lesbofobia e bifobia; a norma da cisgeneridade e a transfobia; o nacionalismo e a xenofobia; a corponormatividade e o capacitismo que sustentam a violência e exclusão contra pessoas com deficiência; a religiosidade dominante e a intolerância religiosa; dentre outros modos de opressão estrutural que devemos incorporar às nossas investigações.

Embora seja possível eleger um eixo central de interesse de pesquisa ou uma categoria que seja o *denominador comum* na experiência dos sujeitos pesquisados, das práticas comunicativas, produções culturais ou narrativas midiáticas sob estudo, a categoria em questão não é vivenciada de maneira separada e isolada dos demais aspectos identitários e estruturais que permeiam sua constituição como sujeito e suas relações em sociedade. Ao abordar as experiências da homofobia, por exemplo, é preciso atentar para que as experiências dos homens cisgêneros, brancos, de classe média, sem deficiência, não sejam tomadas como representativas de todas as pessoas LGBTQ: o entrecruzamento com outras categorias modifica, reconfigura e complexifica as experiências da homofobia, reverberando, inclusive, nas relações conflituosas de pertencimento e exclusão na própria comunidade.

Ao abordar criticamente um eixo único, negligenciando os demais, há o risco de silenciar e homogeneizar todos esses entrecruzamentos sob uma versão incompleta, distorcida e parcial dos modos como a categoria de opressão incide sobre os sujeitos. Ocultando as demais variáveis, as análises de viés único e isolado acabam por reforçar a naturalização das categorias de privilégio como normativas e representativas do geral, normal, neutro ou universal. Interseccionalizar os olhares sobre os fenômenos comunicativos é um movimento complexo – que defendo, neste artigo, não como uma fórmula simples e predefinida, mas como um desafio teórico-metodológico e, principalmente, ético, que devemos empreender coletivamente como acadêmicos comprometidos com a justiça social em nossas pesquisas científicas e práticas ativistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propõe uma aproximação teórica entre o pensamento feminista negro, com foco na abordagem interseccional, e o modelo relacional dos estudos comunicacionais. Precisamente por ter sido sistematizada a partir dos entrecruzamentos dos eixos identitário-estruturais nas experiências dos sujeitos, em suas interações cotidianas, seus encontros com a alteridade e confrontos com as formas institucionalizadas de poder e discriminação, a interseccionalidade oferece contribuições teórico-metodológicas de grande relevância para o campo. Essa abordagem não apenas oferece um rico quadro analítico para apreender a complexidade das identidades e lugares sociais construídos pelos sujeitos em suas interações – dando a ver como as estruturas e modos de articulação política são acionadas na vida social por meio das práticas comunicativas –, mas permitem aprofundar também as análises sobre as representações; disputas de sentido; construções simbólicas, discursivas e estéticas; manifestações políticas; narrativas midiáticas e outros modos de produção cultural.

A interseccionalidade possibilita revelar os pilares que constituem o pano de fundo estrutural dos fenômenos, desvelando os aspectos de privilégio comumente naturalizados e silenciados, trazendo-os à luz e evidenciando os modos como permeiam e configuram a vida social e as interações comunicativas. Não se trata, no entanto, de tomar tais categorias como dogmas ou estruturas estáticas, mas precisamente observar como elas emergem nas interações e são (re)constituídas pelos sujeitos por meio de suas ações, podendo reiterar, cristalizar e perpetuar valores normativos ou, ao contrário, contestá-los, subvertê-los, atualizá-los e transformá-los por meio de suas práticas comunicativas.

Nesse sentido, a combinação da interseccionalidade à perspectiva relacional da Comunicação se orienta pelos modos como os eixos identitário-estruturais incidem na vida social dos sujeitos e como eles se constroem e posicionam em relação a tais estruturas de poder, privilégio e subalternidade por meio de suas interações comunicativas. Essa

aproximação permite observar as implicações e impactos suscitados por suas ações, bem como os movimentos de constituição e reorganização mútua entre essas estruturas e as ações comunicativas, abrindo caminhos para novas formas de construir a si mesmos e aos outros sujeitos em sociedade.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. **The Combahee River Collective Statement**. Originalmente publicado em 1977. Disponível em bit.ly/2OTlayh. Acesso em 10 jun. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, vol. 1, art. 8, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FRANÇA, Vera. L. Quéré: dos modelos da comunicação. **Revista Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 37-51, dez. 2003.

FRANÇA, Vera. Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (Org.). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 89-117.

HOOKS, bell. **Outlaw culture: resisting representations**. New York, London: Routledge, 1994.

HOOKS, bell. **Ain't I a Woman?: Black women and feminism**. Second edition. New York: Routledge, 2015.

POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo**: Teoria social e política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

TRUTH, Sojourner. Ain't I a woman? **Women's Convention**, Akron, Ohio, 1851. Disponível em www.sojournertruth.com/p/aint-i-woman.html. Acesso em 10 jun. 2019.